
Tailândia: comunidade denuncia as contradições dos projetos ‘verdes’

Todos os anos, ativistas de base, acadêmicos, estudantes e jovens de diferentes países do Sudeste Asiático se reúnem em um fórum de intercâmbio durante a Semana Ambiental do Mekong (MAEW, na sigla em inglês). A sétima edição ocorreu em setembro de 2025, com o tema “O verde falso: das mentiras ‘verdes’ ao poder popular”. (1) Representantes da comunidade de Kham Pa Lai, na Tailândia, estavam entre os que compartilharam experiências sobre o que significa ser afetado por ‘mentiras verdes’. Eles também contaram experiências de sua luta contra esses projetos ‘verdes’.

Nos últimos dez anos, os moradores de Kham Pa Lai se organizaram no Grupo de Conservação Nam Sap Kham Pa Lai. Por meio dessa organização coletiva, eles conseguiram impedir a primeira das ‘mentiras verdes’ que os afetavam: um programa governamental de reflorestamento que ameaçava seus direitos territoriais. Essa oposição da comunidade ao programa se baseou em sua resistência anterior contra uma mina de arenito, que resultou no cancelamento da licença da mina em parte da comunidade. Mais recentemente, Kham Pa Lai tem enfrentado uma nova ameaça ‘verde’: a instalação de um parque eólico pela empresa estatal de energia da Tailândia (EGAT). Áreas florestais de parte do território da comunidade correm o risco de ser destruídas por esse projeto.

Essas ameaças têm uma cronologia clara: elas chegaram à comunidade de Kham Pa Lai após o golpe militar que ocorreu na Tailândia, em 2014. O regime militar apresentou uma proposta de aumentar as ‘áreas verdes’ para 40% do país. (2) As chamadas energias ‘renováveis’ e ‘limpas’ são promovidas para permitir que as indústrias extrativas continuem se expandindo, alegando ser ‘neutras em carbono’ ou ‘climaticamente corretas’. (3) Na realidade, elas geram impactos nocivos e amplos sobre as comunidades.

Como disse um porta-voz do Grupo de Conservação Nam Sap Kham Pa Lai durante a reunião do MAEW: “Primeiro, nós lutamos contra a mineração, depois, contra o reflorestamento, e agora, contra o parque eólico, e estamos começando a ligar os pontos. Em nível mundial, querem aumentar a cobertura florestal, querem aumentar os créditos de carbono, e nós também somos afetados por essa política global de maquiagem verde. Ela está chegando ao país e depois aqui, à comunidade”.

A comunidade de Kham Pa Lai está localizada na província de Mukhadan, no nordeste da Tailândia, que é atravessada pelo rio Mekong na fronteira com o Laos. O território fornece alimento e água, e supre as necessidades culturais e espirituais dos moradores de Kham Pa Lai, cujas famílias vivem na região há muitas gerações. A comunidade busca o reconhecimento legal de seus direitos sobre a terra, uma demanda que as instituições estatais têm ignorado, resultando em uma situação de apropriação das terras comunitárias impulsionada pelo estado -como ocorre em muitas áreas da Tailândia.

“A nossa história não é apenas de resistência, mas também de perseverança, adaptação e determinação silenciosa de proteger o nosso modo de vida, que está profundamente enraizado na floresta”, explica o porta-voz.

Na conversa abaixo, o Grupo de Conservação Nam Sap Kham Pa Lai conta sobre sua luta.

Formação do Grupo de Conservação

O Grupo de Conservação Nam Sap Kham Pa Lai foi fundado formalmente em 2019, embora a nossa luta tenha começado vários anos antes.

Já havíamos nos mobilizado para lutar contra uma proposta de projeto de mineração, mas sem ter nome ou estrutura oficial. Escolhemos o nome Nam Sap, que significa água da nascente, porque a área ameaçada continha uma nascente natural que fornecia água durante todo o ano e é essencial para a sobrevivência da comunidade.

Quando ficamos sabendo da mineração de arenito, em 2016, começamos a organizar a resistência local naquele mesmo ano. O grupo que começou como uma aliança informal de moradores comuns cresceu para quase 300 famílias em seu auge.

Anos de conflito gerado pela proposta de mineração e pelos projetos extrativistas que se seguiram, reduziram gradualmente esse número para cerca de 60 famílias, mas aqueles de nós que permaneceram se mantiveram juntos, unidos por um propósito comum.

Para nós, organizar-nos como grupo gerou força e visibilidade. Quando íamos aos gabinetes distritais ou provinciais, já não nos sentíamos pequenos nem invisíveis. Permanecer juntos nos deu coragem e fez com que as autoridades tivessem mais disposição de ouvir.

A mina de arenito

Em 2016, a Three Mothers Trading Company Limited solicitou uma concessão para explorar minério em 34 hectares de nossa terra florestal comunitária. No ano seguinte, o Conselho do Subdistrito de Kham Pa Lai (o parlamento local, semelhante a uma câmara de vereadores) aprovou a proposta após uma audiência pública local e uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

Nós nos opusemos à decisão e apresentamos petições a várias agências estatais, chegando a viajar à capital, Bangkok, para exigir responsabilização. Após uma campanha persistente, o Conselho reavaliou a questão em 2020 e reverteu sua decisão, com 11 membros votando contra a mina e três se abstendo.

A reversão foi uma conquista árdua. Citamos a Seção 7, Parágrafo 4 da Lei de Minerais de 2017, que proíbe a mineração em áreas de bacias hidrográficas ou recarga de águas subterrâneas. Nossas petições forçaram as autoridades a reconhecer que a localização da mina de fato violava essa lei, uma vitória pequena, mas significativa para nossa atuação de defesa da comunidade. (4)

No entanto, a ameaça persistia. Os apoiadores da mina buscaram maneiras de reativar a concessão, enquanto nós começamos a pressionar pela remoção daquela zona mineral do mapa geológico nacional. Temíamos que, enquanto a área fosse classificada como reserva mineral, novas empresas poderiam solicitar licenças no futuro.

Nossa visão de longo prazo era transformar a terra em uma floresta comunitária de gestão coletiva, embora tivéssemos receio de que essa condição pudesse, posteriormente, atrair programas de crédito de carbono que, novamente, excluíssem o controle comunitário.

Para nós, a floresta deve continuar sendo um lugar onde as pessoas vivem em harmonia com a terra e cuidam dela, e não um local manejado para obter lucro.

O projeto de reflorestamento

O próximo desafio surgiu por meio da Política de Recuperação Florestal de Estado, sob o Decreto 64/2014 do governo militar. As autoridades selecionaram partes das terras de Kham Pa Lai para ‘reflorestamento’, alegando que a floresta estava degradada. Na realidade, era uma floresta próspera – um armazém sazonal para atender às nossas comunidades locais.

De abril a maio, as primeiras chuvas trazem flores krachiew e cogumelos hed phor. Entre maio e agosto, chegam os cogumelos hed rongok, hed din e hed khai, brotos de bambu, besouros e inúmeras plantas comestíveis. É um sistema alimentar vivo, rico e autorrenovável, o que chamamos de ‘floresta que alimenta’.

A floresta de altitude (pha khok) cobre cerca de 16 hectares, divididos entre a área da nascente que fornece água durante todo o ano e terras agrícolas mistas nas bordas da floresta. As nossas famílias coletam lenha, criam gado e obtêm alimentos diariamente; a floresta mantém tanto a subsistência quanto a cultura.

Quando a campanha de ‘reflorestamento’ chegou, as autoridades limpavam as roças dos moradores e plantaram árvores nas terras que a campanha ocupou sem consulta à comunidade. Chegaram a apresentar queixas criminais contra os moradores que usavam a terra para agricultura, plantando em áreas que o governo agora requisitava como terras de ‘floresta nacional’. É assim que as autoridades estão tentando se apropriar das terras da comunidade. Para nós, pareceu roubo sancionado pelo estado: terras confiscadas sob a falsa alegação de que pertenciam a empresas, enquanto nós, os pobres, éramos deslocados. No total, aproximadamente 480 hectares foram destinados a esse ‘reflorestamento’, incluindo cerca de 112 hectares de terras agrícolas do vilarejo e 11,2 hectares que coincidiam com a área proposta para a mina de arenito.

Em outubro de 2016, haviam começado as ações judiciais contra os moradores acusados de uso ‘ilegal’ de terras do estado; entre 2018 e 2019, fomos despejados e a terra foi limpa e nivelada para o ‘reflorestamento’. Ironicamente, apenas um mês após as primeiras acusações contra membros da comunidade, foi apresentado um pedido de mineração para o mesmo local, reforçando a nossa suspeita de que a floresta havia sido confiscada para a mineração.

A área proposta coincide com as terras florestais e zonas de recarga de bacias hidrográficas que sustentam moradores de mais de três aldeias e são usadas em nível de subdistrito durante períodos de seca.

O “caso seco”

Hoje, as acusações contra os moradores permanecem classificadas como o que se conhece no país como “caso seco” (kha-di haeng), ou seja, uma investigação em que “nenhum infrator foi encontrado”. Cerca de 40 lotes envolvendo 45 pessoas de nossas aldeias ainda estão em disputa.

Como consideraram a terra desabitada, as autoridades desenharam grandes círculos nos mapas, declarando ilegal o uso de áreas inteiras por comunidades. Algumas de nossas famílias perderam lotes completos, enquanto outras perderam metade.

Após anos de petições, uma investigação considerou a operação ilegal. Mais tarde, o Departamento Florestal Real confirmou os erros: a maior parte da terra havia sido cultivada pela comunidade muito antes de 2014.

Nós acabamos recuperando os nossos campos e retomamos a agricultura, embora tenhamos perdido quase cinco anos de renda. Trabalhando com a P-Move, uma rede nacional de direitos fundiários, continuamos pressionando pelo arquivamento do caso e por uma compensação justa. A investigação foi suspensa, mas não encerrada; o caso agora aguarda a apreciação do governo central.

Nossas famílias vivem aqui há muitas gerações. Não somos forasteiros. Nossos pais viveram e morreram nesta terra. Não estamos errados, estamos em casa.

O projeto do parque eólico

Em novembro de 2022, enquanto plantávamos mandioca, observamos marcações vermelhas de levantamento topográfico em nossos campos. A princípio, pensamos que isso fosse um sinal dos títulos de propriedade há muito prometidos, e que reconheceriam nosso direito de usar essa terra, algo que a comunidade vem solicitando há muitos anos. Meses depois, descobrimos que as marcações eram para um projeto de parque eólico.

Image

Árvores dentro do território da comunidade marcadas para o projeto de usina eólica.

Quando a empresa realizou uma reunião no Vilarejo 5, todos nós da comunidade de Kham Pa Lai, jovens e idosos, nos unimos para pedir ao subdistrito que rejeitasse o plano. Apesar de nossos protestos, os funcionários o aprovaram, alegando que o Departamento Florestal Real já havia dado seu consentimento. Respondemos bloqueando as vias de acesso e enfrentando os funcionários da empresa. Chamaram a polícia.

Os representantes do subdistrito defenderam o projeto, dizendo que ele traria “turismo e desenvolvimento” e citando como exemplo outro parque eólico em Nikhom Bang Soi. Mas alguns de nós que visitaram aquela área viram barulho, raios e restrição de acesso, em vez de progresso ou ‘desenvolvimento’.

Invasão de fronteiras e contradições verdes

Embora a empresa tenha solicitado permissão apenas para o Vilarejo 5, suas operações se estenderam ao 6 e ao 13.

O Departamento Florestal Real reconheceu que uma grande quantidade de árvores teria que ser removida, violando as normas governamentais para a instalação de turbinas eólicas em florestas densas. Uma investigação constatou irregularidades e possível falsificação de informações sobre as condições da floresta. O projeto foi suspenso temporariamente, mas ainda não está cancelado.

A empresa, chamada 555 Green Energy Co., Ltd., justificou o projeto como parte do Modelo Econômico Bio-Circular-Verde (BCG, na sigla em inglês) da Tailândia, alegando ser energia ‘limpa’. Para nós, foi lavagem verde: destruir 48 hectares de floresta fértil para construir 14 turbinas e estradas que eliminariam nossas áreas de coleta de alimentos.

A empresa recebeu permissão para usar a terra dentro da reserva florestal nacional de 2023 a 2053. O projeto coincide com áreas de terras agrícolas dos moradores e causou conflitos na comunidade.

A energia eólica é boa, mas não quando destrói comunidades. Um projeto rotulado de ‘verde’ que acaba destruindo um lugar que sustenta a vida comunitária se torna uma injustiça.

O valor da floresta

Calculamos o que seria perdido, mesmo apenas em termos monetários. A cada temporada de cogumelos, cerca de 300 pessoas coletam cogumelos hed phor – pelo menos 3 toneladas por dia, no valor de 500 bahts (US 15 dólares) por quilo. Isso representa mais de 1,5 milhão de bahts (US 46 mil dólares) em valor natural por dia. Também fornece hed rongok (US 12 dólares/kg), hed din (US 1,5 a 3 dólares/kg), raízes comestíveis, brotos de bambu e pequenos animais da floresta – a base da soberania alimentar local.

As pessoas vêm das províncias de Roi Et, Kalasin e Sakon Nakhon para coletar alimentos. A floresta é o nosso mercado compartilhado.

As turbinas eólicas ficariam a menos de um quilômetro das casas, perto do templo e do cemitério do vilarejo. Até mesmo monges manifestaram oposição, temendo que o ruído constante perturbasse a

santidade do local.

Reflexões e Força

Por meio dessas lutas sobrepostas, nós nos fortalecemos. De pessoas que antes nada sabiam sobre leis ou políticas públicas, construímos redes e alianças, com a P-Move, a Fundação EnLaw e jovens ambientalistas que agora nos visitam para aprender conosco.

Descobrimos que a união é a nossa maior força: compartilhar alimento, notícias e incentivo mútuo mantém nosso espírito vivo.

As mulheres se tornaram nossa principal voz. Elas falam em reuniões públicas enquanto os homens ficam em casa cuidando das propriedades e das famílias. Suas palavras calmas, mas firmes, muitas vezes têm mais poder do que a raiva. “Falamos por nossos pais, nossos filhos, nossa comunidade”, dizem elas. “Porque se não falarmos, quem falará?”.

Apegando-nos ao que importa

Os investidores e apoiadores dos projetos não moram aqui, não dependem desta terra. O dinheiro deles divide a comunidade – alguns o aceitam, mas a maioria recusa. Não queremos indenização, e sim o direito de viver em harmonia com a floresta, como os nossos ancestrais.

A nascente natural, que é o coração do nosso sustento, fornece água o ano todo para dois vilarejos e até mesmo para uso distrital. Se a mineração avançar, essa água se perderá para sempre, junto com a vida que ela sustenta.

Enfrentamos intimidação: policiais visitando líderes, cartazes de protesto roubados, vigilância. Mas o medo não nos deteve. Continuamos resistindo porque, como costumamos dizer: “Esta é a nossa casa”.

Uma mensagem para quem está nas cidades

Vocês comem em restaurantes e hotéis, enquanto nós buscamos o nosso alimento na floresta.

Quando os cogumelos florescem, nós os colhemos.

Quando os brotos de bambu brotam, nós os desenterramos.

Por favor, pensem em nós quando falarem de crescimento verde ou energia limpa.

A floresta que vocês chamam de ‘terra sem uso’ é a nossa cozinha, nossa fonte de água, nossa escola.

Se vocês a cercarem para mineração, créditos de carbono ou parques eólicos, como vamos viver?

Pedimos ao governo que cancele esses projetos e retire todas as acusações contra os moradores.

Os investidores já têm milhares de hectares; nós temos apenas um ou dois.

Por que os pequenos sempre têm que pagar o preço?

As eleições prometem que “o povo vem em primeiro lugar”,

mas, após cada eleição, são sempre os investidores que vêm em primeiro lugar.

Sabemos que esses projetos não são verdadeiramente verdes.

Quando as turbinas chegarem, os pássaros vão desaparecer.

Quando as minas chegarem, a poeira vai cobrir escolas e casas.

Quando as florestas forem confiscadas em nome da recuperação de terras, os pobres vão perder tudo.

Cada governo apresenta um novo projeto –
uma mina, um parque eólico, e agora, a extração de terras raras –
e nós continuamos aqui, ainda lutando, ainda esperando,
porque esta terra é a nossa vida,
e não vamos desistir dela.

Referências:

- (1) [MAEW 2025: The Fake Green](#)
- (2) WRM, 2024. [Thailand's offset-based 'climate policy': more climate chaos and injustice.](#)
- (3) WRM, 2022. [15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência.](#)
- (4) [O vídeo mostra que a comunidade de Kham Pa Lai apresentou uma petição sobre a mina à província de Mukdahan, e a decisão do governador de investigar acabou levando à vitória dessa comunidade.](#)